



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Para resolver as necessidades, em termos de habitação, dos residentes da camada de base, entregou a Administração Portuguesa de Macau, na década de 30 do século passado, a povoação a nordeste de Coloane à administração da Diocese, que foi aproveitada pelo Bispo D. Policarpo da Costa Vaz para a edificação de casas de solidariedade social a serem dadas de arrendamento a preços módicos a quem delas carecia. Trata-se, portanto, de uma história que remonta há mais de um século<sup>1</sup>. Após o retorno de Macau à Pátria, corriam rumores de que o referido terreno teria sido devolvido à RAEM, mas nunca pensou o Governo ao longo destes anos todos planear o seu aproveitamento. Até que, em 2009, resolveu o Conselho Consultivo de Serviços Comunitários das Ilhas visitar essa povoação de casas de solidariedade social para melhor se inteirar sobre o seu ambiente de habitabilidade e propor o planeamento integral das duas parcelas de terrenos (resultantes da desocupação do Estabelecimento Prisional de Macau e da povoação de casas de solidariedade social) para a construção de habitações públicas, de forma a equilibrar o desenvolvimento populacional<sup>2</sup>. Contudo, essa proposta ficou na gaveta e nunca mais teve qualquer seguimento. Até que, em 22 de Outubro do corrente ano, quando um vietnamita com prazo de

---

<sup>1</sup> “Kung Kao Po” n.º 3233, Resenha histórica sobre a Diocese de Macau, <http://kkpcatholic.org.hk/gl/gl3233.htm>

<sup>2</sup> Visita do Conselho Consultivo de Serviços Comunitários das Ilhas a um bairro antigo de Coloane – “Macau Daily News”, 03-06-2009, página A03.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

permanência em Macau expirado tentava pôr fogo a essa povoação para descarregar a sua ira e provocar danos pessoais a outros<sup>3</sup>, é que este local tão recôndito passou a ser alvo de atenção da sociedade.

É devido à falta de administração e planeamento, por um longo período de tempo, que se têm vindo a gerar conflitos cada mais graves na povoação. Um deles tem a ver com a obstrução da estrada que dá acesso à povoação e as questões daí resultantes. Tudo isto sucede por o parque de estacionamento do Estabelecimento Prisional de Macau ter deixado de poder satisfazer as necessidades do pessoal e os inúmeros lugares de estacionamento reservados ao Instituto de Menores não estarem a ser aproveitados apenas por não serem abertos ao público. A obstrução da estrada de acesso à povoação, que é em si estreita e cujo espaço já está ocupado, na sua maioria, por vários veículos automóveis abandonados, piora, nas horas de expediente, com o estacionamento de automóveis particulares e motociclos em duas filas indianas, trazendo assim muitas inconveniências para os residentes nas suas deslocações e impedindo o acesso à povoação dos carros de recolha de lixo. Os recipientes para a recolha de resíduos seleccionados, colocados há anos à entrada da povoação, acabaram por ser removidos. Os veículos especiais de socorro, ambulâncias e veículos de combate a incêndios, deixam de poder exercer normalmente as suas funções, aliás, um atentado aos direitos fundamentais à vida e aos bens dos residentes.

---

<sup>3</sup> Povoação de casas de solidariedade social em Coloane sem planeamento há mais de 50 anos está a ser ocupada por trabalhadores não residentes - Jornal "Lek Pou", 9 de Novembro de 2015, página A01.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Além disso, por não estarem os seus moradores sujeitos ao pagamento de rendas e à regulação dos serviços competentes, as casas começaram a crescer vertical e horizontalmente, e a aparecer novas casas, sem que qualquer entidade interviesse. E é cada vez maior o número de trabalhadores não residentes a viver nessa povoação, o que aumenta a mobilidade dos residentes e a insegurança. Pode ainda servir de covil de esconderijo para visitantes que tenham autorização de permanência caducada. As ligações ilegais de cabos eléctricos, a falta de manutenção e conservação das casas, o ambiente de habitabilidade e as modificações efectuadas nos corredores de evacuação para os tornar em casas de banho ou cozinhas criam problemas de sanidade e de segurança contra incêndios, situação que muito preocupa os moradores.

A actual situação da povoação das casas de solidariedade social requer, assim, uma maior atenção por parte do Governo, no sentido de a integrar no tecido e no planeamento urbano, e salvaguardar os direitos fundamentais dos residentes, dando um aproveitamento racional aos recursos de solo.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Durante o debate das Linhas de Acção Governativa que decorreu em 10 de Dezembro de 2015, afirmou o Governo que o direito de propriedade dos terrenos daquela povoação ainda pertencia à Diocese de Macau. Segundo a imprensa, esses terrenos já foram devolvidos, logo após o retorno de Macau à Pátria, pela Diocese de Macau ao Governo. Havendo aqui uma manifesta contradição, vai o



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

- Governo entrar em contacto com a Diocese de Macau para apurar a quem cabe a administração da povoação?
2. Se o Governo puder retomar formalmente os terrenos e anexá-los aos terrenos resultantes da desocupação do Estabelecimento Prisional de Macau, os terrenos de reserva irão aumentar significativamente. Para um racional aproveitamento dos terrenos, de forma a impedir que a povoação de casas de solidariedade social caia numa situação de abandono e para equilibrar a falta de terrenos, deve o Governo fazer o futuro planeamento do seu uso. Vai o Governo fazê-lo?
  3. Se é no pressuposto de o direito de propriedade da povoação ainda pertencer à Diocese de Macau que surgem riscos de incêndio e de insegurança, bem como problemas de sanidade e de construções ilegais, não deverá dar o Governo o devido acompanhamento e elaborar um plano eficaz de administração, de forma a proteger os legítimos direitos e interesses dos residentes?

18 de Dezembro de 2015

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

**Wong Kit Cheng**